

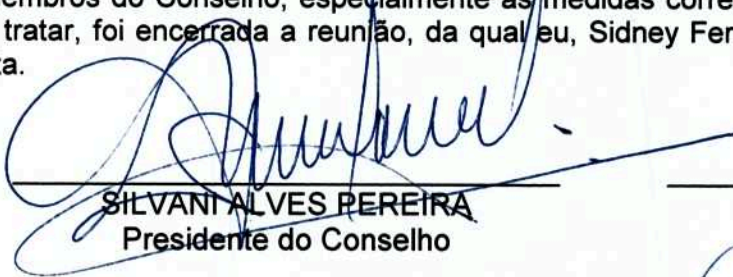
COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM

ATA DA TRICENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA (317ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM. Aos vinte e oito (28) dias do mês de novembro de 2019, às 10h00, na Rua Boa Vista, 162, 6º andar, São Paulo, SP, reuniu-se o Conselho de Administração com a presença dos Conselheiros Senhores Silvani Alves Pereira, Pedro Tegon Moro, Almino Monteiro Álvares Affonso, André Luis Grotti Clemente, Adailton Ferreira Trindade, Carlos Pedro Jens, Danilo Ferreira Gomes, Francisco Eduardo de Holanda Bessa, Maria Lina Benini e Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira. Justificada a ausência do Conselheiro Senhor Julio Sergio de Souza Cardozo. Participaram como convidados os Senhores Marcelo José Brandão Machado, Diretor de Engenharia, Obras e Meio Ambiente, Eduardo Jorge da Cunha Caldas Pereira, Diretor de Planejamento e Luiz Eduardo Argenton, Diretor de Operação e Manutenção. Verificada a existência de número legal, foi declarada aberta a sessão com apresentação da seguinte pauta: Assuntos Deliberativos: 1 – Lida e aprovada a Ata da 316ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 21 de outubro de 2019. 2 – Homologação dos Contratos de Vigilância e Segurança da CPTM. Por ocasião da discussão da pauta que trata da Homologação dos Contratos de Vigilância e Segurança da Companhia, os senhores Membros do Conselho, após o debate sobre a matéria, decidiram aprovar a proposta da Diretoria pela contratação das empresas e lotes abaixo discriminados recomendando, todavia, que a CPTM realize, previamente e com urgência, uma pesquisa relativa a composição acionária das vencedoras do certame e eventual participação acionária cruzada entre os acionistas destas empresas, permanecendo, portanto, suspensa temporariamente a decisão do Conselho quanto a homologação dos referidos lotes até a correspondente análise e respectiva manifestação da CPTM. Os 4 (quatro) lotes objeto da licitação são os seguintes: - Lote 1 – Linha 7 (Rubi) e 10 (Turquesa) – SEAL SEGURANÇA ALTERNATIVA EIRELI (CNPJ 03.949.685/0001-05) – Valor R\$ 146.824.436,10. - Lote 2 – Linha 8 (Diamante) e 9 (Esmeralda) – ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (CNPJ 66.700.295/0001-17) – Valor R\$ 168.407.400,00. - Lote 3 – Linha 11 (Coral) – COMANDO G8 – SEGURANÇA PATRIMONIAL E TRANSPORTE DE VALORES LTDA (CNPJ 17.521.682/0001-80) Valor R\$ 101.280.000,00. - Lote 4 – Linha 12 (Safira) e 13 (Jade) – PRESSEG SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI (CNPJ 08.818.229/0001-40) – Valor R\$ 113.663.154,00. 3 - Projeto Global Mídia – Revisão de Valores – Rerratificação da RD 14874 de 10/10/2019. O Dr. Eduardo Jorge da Cunha Caldas Pereira, da Diretoria de Planejamento e Novos Negócios, fez uma apresentação sobre o Projeto Global Mídia CPTM, referente ao pagamento de outorga, remuneração mensal pela utilização de espaços para publicidade em trens e estações da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, compreendendo mídia estática e digital incluindo os encargos de implantação, operação, administração, comercialização, manutenção e investimentos - Projeto Global Mídia CPTM aprovada pela RD 14874, de 10/10/2019, autorizou o envio da matéria ao Conselho de Administração, respeitados os requisitos previstos na legislação vigente, em especial os contidos da Lei nº 13.303/16, para a devida autorização do início de procedimento licitatório do referido Projeto. Em 29/08/2019 a Diretoria de Planejamento e Novos Negócios-DP, propôs com base nos termos previstos nos artigos 26 a 28 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM, a autorização para Consulta Pública, visando estruturar um processo licitatório para viabilizar a Concessão de Uso de espaços para publicidade em trens e estações da Companhia, com a finalidade de modernizar o aparato publicitário existente e prover incremento da Receita Não Tarifária da CPTM. Como contribuição para o processo licitatório, recebemos a sugestão que os equipamentos a serem instalados no Plano de Modernização seja de propriedade da Concessionária e não da CPTM ao fim do contrato de concessão. Com a aceitação da contribuição exposta, o valor da Remuneração total estimada para esta concessão deixa de ser o montante mínimo de R\$ 310.787.285,68 (trezentos e dez milhões, setecentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), e passa a ser R\$ 302.281.781,27 (trezentos e dois milhões, duzentos e oitenta e um mil, setecentos e oitenta e

um reais e vinte e sete centavos), havendo uma diminuição na estimativa da arrecadação de R\$ 8.505.504,41 (oito milhões, quinhentos e cinco mil, quinhentos e quatro reais e quarenta e um centavos). Esta redução se dá pela mudança na forma de depreciação do ativo, pois a concessionária ficará com os equipamentos digitais ao término do contrato, mantendo a infraestrutura para a CPTM, e pela confirmação da não inclusão do reinvestimento durante todo o período contratual. O novo valor da Remuneração total estimada para esta concessão é de R\$285.787.285,68 (duzentos e oitenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), além do valor de R\$16.494.495,59 (dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e nove centavos) em benfeitorias, infraestrutura, materiais e bens suscetíveis de serem separados ou destacadas dos espaços disponibilizados pela CPTM, totalizando um montante mínimo de R\$302.281.781,27 (trezentos e dois milhões, duzentos e oitenta e um mil, setecentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos). Após apresentação do Senhor Diretor de Planejamento e Novos Negócios, sobre o pedido de autorização para alteração da proposta de retificação do Valor Global do contrato os Senhores Conselheiros aprovaram o prosseguimento da matéria. 4 - Autorização para o início de Processo Licitatório – Concessão de área comercial Brás – O Sr. Eduardo Jorge da Cunha Caldas Pereira, Diretor de Planejamento e Novos Negócios, desta Companhia, fez a apresentação do projeto identificado com “Master Concessão Comercial do Brás”, integrado por áreas a serem concedidas para exploração comercial pela iniciativa privada, destinada a instalação de lojas, quiosques e demais finalidades, mediante remuneração com encargos de planejamento, reforma, implantação e gerenciamento, incluídas todas as despesas de administração, conservação, manutenção e vigilância da área comercial a ser concedida. Referidas áreas irão permitir uma maior e melhor interação entre as áreas existentes do Metrô e da CPTM na Estação do Brás, fato que determinou uma ação conjunta entre as empresas para obtenção de melhores resultados favoráveis às Concedentes e a continuidade da prestação de serviços em condições mais atrativas aos passageiros mediante a contratação de concessionário único, especializado no desenvolvimento de um centro comercial integrado e planejado, com “mix” apropriado de produtos e serviços, instalações ampliadas e requalificadas com a padronização, melhoria da infra- estrutura e implantação de áreas de apoio aos lojistas, além do serviço de vigilância patrimonial dos espaços atualmente inexistentes e com maior qualidade na prestação dos serviços de limpeza. O mencionado projeto “Master Concessão Comercial do Brás”, por envolver uma expectativa de negócio jurídico acima de R\$ 70 milhões, teve seu início do processo licitatório analisado favoravelmente pela Diretoria na RD nº 14950, de 08/11/2019, que autorizou o envio da matéria ao Conselho de Administração, respeitados os requisitos previstos na legislação vigente, em especial os contidos da Lei nº 13.303/16, para a devida autorização do início de procedimento licitatório para concessão de uso de área comercial da estação Brás, identificada como Master Concessão Comercial Brás, para exploração comercial integrada de lojas, quiosques e espaços pertencentes à Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, mediante remuneração com encargos de planejamento, reforma, implantação e gerenciamento, incluídas todas as despesas de administração, conservação, manutenção e vigilância da área comercial, objeto da SC nº 833619. A aprovação da proposta implicará em expectativa de Receita Não Tarifária com a Concessão das áreas da CPTM e significa um valor mínimo total do contrato de R\$ 77.220.000,00 (setenta e sete milhões, duzentos e vinte mil reais), considerando 351 (trezentas e cinquenta e uma) remunerações mensais (360 (trezentos e sessenta) meses de contrato menos 9 (nove) meses de carência) no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), acrescido do valor do percentual sobre o faturamento da CONCESSIONÁRIA sobre as áreas da CPTM nos primeiros 09 (nove) meses de contrato, além da parcela fixa inicial (outorga) mínima de R\$ 2.847.000,00 (dois milhões, oitocentos e

quarenta e sete mil reais). Após os debates os Senhores Conselheiros aprovaram o prosseguimento da referida matéria. 5 – Extinção de Cargo Aluno Aprendiz – O Sr. Pedro Tegon Moro – Diretor Presidente, fez uma explanação sobre o assunto informando que em 2015, o Governo do Estado de São Paulo promulgou decreto que determinou restrições orçamentárias, principalmente com despesas de pessoal, proibição de contratação de novos empregados e de realização de concursos públicos. Isso acabou por refletir diretamente na gestão de pessoal da empresa e conseqüentemente nos Alunos Aprendizes. Com isso, a contenção de recursos prejudicou o andamento e realizações de Concursos Públicos para manter a abertura regular de novas turmas de Aprendizes a cada início de semestre, o que desencadeou na defasagem da Cota de Aprendizagem estabelecida. Ademais, o Ministério Público do Trabalho moveu Ação Civil Pública contra a Empresa e julgou uma nova cota mínima de 161 Alunos Aprendizes. Tendo em vista que não haverá o preenchimento de cargos efetivos por alunos aprendizes, é necessária a extinção dos referidos cargos do quadro de pessoal, ressaltando que a gestão para cumprimento das cotas será administrada de forma apartada do Quadro de Pessoal, mediante processo seletivo para a contratação dos alunos por prazo determinado e sua formação técnico-profissional. Após debatida a matéria os Senhores Conselheiros aprovaram a referida matéria. Assuntos Informativos: 1 – O Conselheiro Francisco Eduardo de Holanda Bessa registrou a importância de que a CPTM desenhe mecanismo que possibilite o atendimento ao que estabelece o art. 13 da Lei 13.303/2016, segundo o qual a empresa pública deve efetuar a avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos administradores e dos membros de comitês. Após discussão do assunto, o Sr. Presidente do CONSAD recomendou que a Diretoria Executiva da CPTM apresente uma proposta de mecanismo que contemple a auto-avaliação do Conselho, como colegiado, e de cada Conselheiro, lembrando que existem Instituições no mercado que tem a matéria bem estruturada. Tendo em vista que o assunto envolverá a captação de maiores subsídios o mesmo deverá retornar à pauta para tratamento e deliberação. 2 - Ações e Cronograma das Linhas 10 até Luz e 11 – O Senhor Marcelo José Brandão Machado – Diretor de Engenharia, Obras e Meio Ambiente, fez uma exposição acerca da matéria, atualizando os Senhores Conselheiros sobre o andamento dos principais empreendimentos da Companhia. 3 – Resumo dos Trabalhos de Auditoria – Os Senhores Conselheiros tomaram conhecimento do resumo das Recomendações da Auditoria Interna - mês de outubro/2019. 4 - Resumo dos Trabalhos – Sindicâncias e Grupos de Trabalho - O Senhor Evaldo José Ferreira – Gerência de Riscos, Controles Internos e Conformidades, explicou sobre o Processo de Dormentes, informando os Conselheiros sobre o Relatório da Comissão de Sindicância instituída pelo Ato do Presidente AP nº 6891, de 10.09.19, com o objetivo de conhecer os termos da denúncia anônima dirigida ao Ministério Público do Estado de São Paulo e apurar eventuais irregularidades ocorridas no âmbito da Companhia, relativas ao procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0251191061, cujo objeto é o fornecimento de dormentes de madeira com tratamento preservativo, cuja Sindicância teve a seguinte conclusão: *“Considerando o seu campo de atuação e com base na análise dos fatos, oitivas, informações e documentos levantados, a Comissão não identificou elementos de prova que viessem configurar o envolvimento de empregados da Companhia na realização de práticas irregulares durante o processo licitatório de compras de dormentes objeto das denúncias anônimas, sendo que nesses termos, não foi identificada ofensa ao Código de Conduta e Integridade.”* 5 - Contingências Jurídicas Relevantes – outubro/2019, material distribuído para conhecimento dos Srs. Conselheiros. A Senhora Maria Eduarda Ferreira Ribeiro do Valle Garcia - Chefe do Departamento Jurídico Contencioso Trabalhista, esclareceu todas as dúvidas suscitadas pelos Senhores Conselheiros em relação as Ações Trabalhistas, informando-os inclusive sobre a redução do número de Ações, após a Reforma Trabalhista. A Senhora Maria Regina Scurachio Sales Alvarenga – Gerente Jurídica, informou aos

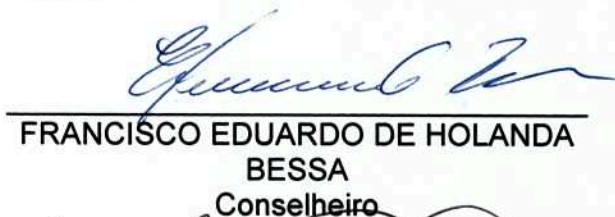
Conselheiros sobre os contratos julgados irregulares pelo Tribunal de Contas, relativos ao Relatório e Voto das Contas Anuais 2012. 6 - Relatório Gerencial – DO - Diretoria de Operação e Manutenção - outubro/2019. Foi disponibilizado exemplar do Relatório de Resultados da DO relativo ao mês de outubro de 2019. 7 – Tendo em vista a informação de que o Tribunal de Contas do Estado julgou as contas do exercício de 2013 da CPTM como irregulares, foi solicitado que maiores detalhes fossem informados oportunamente aos membros do Conselho, especialmente as medidas corretivas adotadas. NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual eu, Sidney Ferreira, Secretário, fiz lavrar a presente ata.



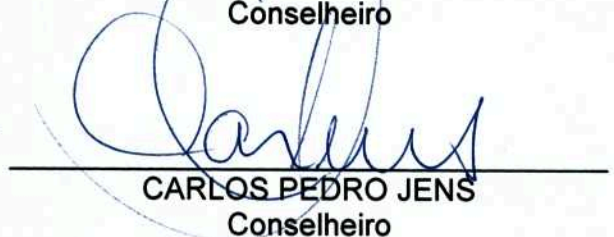
SILVANI ALVES PEREIRA
Presidente do Conselho



PEDRO TEGON MORO
Conselheiro



FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA
BESSA
Conselheiro



CARLOS PEDRO JENS
Conselheiro



MARIA LINA BENINI
Conselheira



ANDRÉ LUIS GROTTI CLEMENTE
Conselheiro



ADAILTON FERREIRA TRINDADE
Conselheiro



DANILO FERREIRA GOMES
Conselheiro



BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO
GONÇALVES DE OLIVEIRA
Conselheiro



ALMINO MONTEIRO ÁLVARES AFFONSO
Conselheiro



SIDNEY FERREIRA
Secretário